

1. Informações gerais sobre o Grupo

1.1 Controladas e Coligadas

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidades em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG.
- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- Apolo Tubulars S.A. (“Apolo Tubulars”) - sociedade anônima de capital fechado, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o segmento de petróleo e gás.
- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias. Atualmente, a Metanor atua apenas como empresa holding.
- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – (“Copenor”) sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na comercialização de metanol e seus derivados, e na produção de formaldeído e hexametilenotetramina.

1.2 Recuperação Judicial

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. ("Recuperandas") nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a prorrogação por 6 (seis) meses do prazo originalmente previsto no Plano de Recuperação Judicial, para a alienação da "UPI Terreno Benfica".

Em 14 de julho de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a suspensão da AGC pelo prazo de 60 dias para que fossem negociadas e apresentadas alternativas de liquidez para a alienação da UPI Terreno de Benfica, as quais deverão ser informadas aos credores no prazo de 30 dias.

Em AGC realizada em 19 de outubro de 2016, foi aprovado pela maioria dos credores o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

As principais deliberações dos credores para a liquidação das dívidas concursais foram:

- Classe I – Pagamento em 12 parcelas mensais fixas, até o limite de 150 salários mínimos;
- Classe II – 2 opções de pagamento, sendo:
 - Opção A – Pagamento de 40% do crédito listado em 36 parcelas mensais acrescidas de juros calculados no valor de 100% do CDI;
 - Opção B – Pagamento da integralidade do valor listado em 120 parcelas mensais, corrigidas pelas variações da TR acrescida de juros de 1% a.a.
- Credor Garantidor – Para o Credor Garantidor será paga parcela inicial de 30% do crédito listado em 36 parcelas mensais corrigidas pela variação cambial. No caso de venda do terreno de Benfica o valor apurado será revertido para pagamento do saldo do crédito do Credor Garantidor, e após a quitação, o saldo da venda será revertido para o caixa da Companhia. No caso de não se obter sucesso na venda nos primeiros 36 meses, o Credor Garantidor poderá demandar que as

recuperandas efetuem o pagamento do saldo remanescente do crédito em 36 parcelas mensais.

- Classe III – 3 opções de pagamento, sendo:
 - Opção A – Conversão da dívida em ações preferenciais a serem emitidas pela GPC Participações S.A.
 - Opção B – Pagamento do Crédito listado em 360 parcelas mensais corrigidas pelo INPC.
 - Opção C – Pagamento de 50% do crédito listado em 120 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 1,5% a.a. (somente para instituições financeiras).

Os impactos das opções estão detalhadas nas Notas Explicativas nº12 (Fornecedores) e nº13 (Empréstimos).

Foi aprovado também o prazo de 10 meses para o encerramento da Recuperação Judicial a partir da data da homologação.

Em dezembro de 2019 o Administrador Judicial apresentou relatório pugnando pelo encerramento da Recuperação Judicial. O Ministério Público também emitiu parecer favorável ao encerramento.

Dessa forma, é certo que o encerramento da Recuperação Judicial não encontra mais óbices e depende tão somente de decisão judicial, diante das manifestações favoráveis do Ministério Público e do Administrador Judicial.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, reavaliado no caso de determinados ativos, incluindo Imobilizado e Ativos destinados a venda.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4);
- Provisão para contingências (Nota 14);
- Análise do valor recuperável dos ativos (Nota 10);
- Avaliação de vida útil do imobilizado e do intangível (Notas 10 e 11);

2.3 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 12 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas Informações anuais, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

IFRS 16 - Leases (Operações de Arrendamento Mercantil)

De acordo com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

O impacto no grupo foi o registro de um compromisso de R\$ 7.456 com arrendamento mercantil operacional cujo contrato se encerra em dezembro/2021, sendo R\$ 7.202 na Controlada Apolo Tubos e R\$254, na Apolo Tubulars.

Os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma estão demonstrados na nota 11.

2.4 Informações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 9).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.5 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com

base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica “Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa” são revertidos contra a perda constituída.

2.9 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.11 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida Útil
Imóveis	10 a 20 anos
Máquinas / Instalações industriais	10 a 12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12 Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13 Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.14 Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos

impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.15 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 14.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20 Lucro líquido por ação

Lucro líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

O Lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos	390	5	7.192	4.675
Aplicação Financeira (*)	-	-	4.792	16.691
Total de caixa e equivalente de caixa	390	5	11.984	21.366

* As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a uma remuneração de 98,8% do CDI.

4. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Clientes no exterior	5.308	2.883
Clientes no país	106.683	98.474
PECLD	(11.874)	(10.548)
	100.117	90.808

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto conforme tabela abaixo :

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	84.363	79.832
Vencidos ate 90 dias	14.698	7.653
Vencidas 91 a 180 dias	184	113
Vencidas 181 a 365 dias	946	3.571
Vencidas a mais de 365 dias	11.800	10.186
	111.991	101.356
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(11.874)	(10.548)
	100.117	90.808

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2018	10.548
(+) Complemento de PECLD	1.375
(-) Reversão de PECLD	(49)
Saldo em 31/12/2019	11.874

5. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados (a)	33.334	37.286
Matérias-primas e embalagens (b)	26.796	21.761
Almoxarifado de manutenção e reposição	16.427	8.019
Produtos em elaboração	7.228	6.587
Importações em andamento	2.716	3.989
Outros estoques	-	76
(-) Provisão p/perdas (c)	(2.226)	(2.790)
	90.851	83.189

- (a) Os produtos acabados são compostos por tubos de aço R\$ 31.176 e resinas R\$ 2.158.
- (b) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos.
- (c) Refere-se à provisão para obsolescência.

6. Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	-	-	9.220	2.225
IRRF	3.161	2.753	8.450	5.280
PIS/COFINS	-	-	8.258	5.807
IRPJ e CSLL	-	-	4.724	7.250
IPI	-	-	3.835	2.905
OUTROS	33	30	2.907	3.831
	3.194	2.783	37.394	27.298
(-) Circulante	905	1.074	31.402	20.203
Não circulante	2.829	1.709	5.992	7.095

Os tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

7. Direitos a realizar

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
TTC Logística	342	347
Total do Circulante	342	347
Créditos Guaxupé (b)	27.026	26.692
Créditos a receber com a União Federal (a)	7.534	7.339
Compensados LFPP Ltda	-	1.652
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari	-	1.650
Servatis S/A	-	970
Total do Não Circulante	34.560	38.303
Total	34.902	38.650

- (a) Refere-se ao saldo de um precatório federal oriundo de uma dação em pagamento. O valor contabilizado está disponível em uma conta em juízo.
- (b) A GPC Química adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, direitos creditórios resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”), e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos.

Em setembro de 2014 a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia no crédito da McKinlay, no valor de R\$ 10.156, homologando as compensações efetuadas. Em Novembro de 2017 a Companhia recebeu a quantia de R\$ 19.315 referente ao crédito MC Kinlay.

A Administração da GPC Química, considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certa”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009.

8. Bens destinados a venda

Em março de 2019 foi vendida parte da área 3 no valor de R\$ 6.458.

Em junho de 2019 foi vendida parte da área 1 no valor de R\$ 21.000, próximo ao valor contabilizado.

Conforme determinado no Plano de Recuperação Judicial, os valores apurados na venda do terreno foram utilizados para o pagamento de parcelas do empréstimo junto ao IFC.

O saldo no grupo Bens destinados a venda refere-se a 35.000 m² de parte da área 1 que estão em estágio avançado de negociação.

Composição dos Bens para Venda						
	Saldo em Dez/18	Provisão perda Caminhões - Ube	Baixa pela Venda	Transferido de Prop. Investimentos	Ajuste Resultado Laudo Avaliação	Saldo em Dez/19
Rio de Janeiro - RJ						
Terrenos	25.868	-	(26.491)	25.733	(2.447)	22.663
Gastos com venda terreno	340	-	(340)		-	-
Total RJ	26.208	-	(26.831)	25.733	(2.447)	22.663
Uberaba - MG						
Caminhões	3.261	(751)	-		-	2.510
(-) Fretes	(2.510)	-	-		-	(2.510)
Total MG	751	(751)	-	-	-	-
Total	26.959	(751)	(26.831)	25.733	(2.447)	22.663

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participações em empresas controladas				
GPC Química S/A	147.940	127.145	-	-
Apolo Tubos e Equipamentos S/A	9.930	17.217	-	-
Participações em empresas coligadas				
Metanor - Metanol do Nordeste	13.384	8.279	21.272	13.158
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	6	4	154	104
Outros				
Outros investimentos	-	-	36	36
	171.260	152.645	21.462	13.298

9.1 Mutações nos investimentos durante o exercício

2018 - CONTROLADORA					
	Controlada		Coligadas		Total
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	
Saldo em 31/12/2017	18.005	124.868	7.878	4	150.755
Equivalência patrimonial (Resultado)	(788)	13.361	401	-	12.974
Dividendos / JSCP	-	(11.084)	-	-	(11.084)
Saldo em 31/12/2018	17.217	127.145	8.279	4	152.645

2019 - CONTROLADORA					
Saldo em 31/12/2018	17.217	127.145	8.279	4	152.645
Equivalência patrimonial (Resultado)	(7.287)	27.584	5.105	2	25.404
Realização custo atribuído venda Terreno (Benfica)	-	(1.402)	-	-	(1.402)
Dividendos / JSCP		(5.387)			(5.387)
Saldo em 31/12/2019	9.930	147.940	13.384	6	171.260

2018 - CONSOLIDADO				
	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Outros	Total
Saldo em 31/12/2017	12.520	98	-	12.618
Equivalência patrimonial (Resultado)	638	6	-	644
Outros investimentos	-	-	36	36
Saldo em 31/12/2018	13.158	104	36	13.298

2019 - CONSOLIDADO				
	Metanor S.A. Metanol do	Companhia Petroquímica	Outros	
Saldo em 31/12/2018	13.158	104	36	13.298
Equivalência patrimonial (Resultado)	8.114	50	-	8.164
Saldo em 31/12/2019	21.272	154	36	21.462

9.2 Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2019

	Controladas		Coligadas
	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	21.581	1.888.829	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	18.354	163.076	47.989
Lucro (Prejuízo) do exercício	(12.965)	30.406	17.956
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	(7.287)	27.584	5.107

9.3 Propriedade para Investimentos

Terreno de propriedade da Controlada GPC Química localizado na Av. Brasil, 3.666 Benfica, Rio de Janeiro – RJ. Em função de negociações para a venda, parte da área 1 foi transferida para o grupo Bens Destinados a venda. Em dezembro de 2019 foi emitido laudo com o valor de mercado e os saldo foram ajustados para refletir o valor de mercado.

O aditivo ao Plano aprovado em outubro de 2016 estabeleceu que no caso de ocorrer a venda o valor deverá ser revertido para pagamento do saldo do credor garantidor no montante de R\$ 9.134.

	31/12/2018	Tranferência p/Bens Destinados a Venda	Ajuste Resultado Laudo Avaliação	Reclassificação	31/12/2019
Terreno Benfica					
Parte Área 1 com 132.363,56 mts	119.097	(25.110)	(9.254)	975	85.708
Total Área 2 com 65.453,49 mts	46.577	(623)	(7.249)	(2.361)	36.344
Parte Área 3 com 19.593,91 mts	13.943	-	(1.759)	1386	13.570
	<u>179.617</u>	<u>(25.733)</u>	<u>(18.262)</u>	<u>-</u>	<u>135.622</u>

10. Imobilizado

Consolidado									
	Terrenos	Imóveis	Máquinas/instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2018									
Saldo inicial em 01/01/2018	6.098	72.684	171.511	634	532	1.272	386	13.328	266.445
Aquisições	-	67	2.166	145	101	314	45	15.680	18.518
Baixas líquidas	-	-	(320)	(4)	(41)	(4)	(27)	(3.183)	(3.579)
Transferências	-	86	5.703	(4)	-	28	-	(5.813)	-
Depreciação	-	(1.697)	(13.974)	(114)	(154)	(420)	(7)	-	(16.366)
Outros	-	-	(686)	-	-	-	-	-	(686)
Saldo contábil líquido	6.098	71.140	164.400	657	438	1.190	397	20.012	264.332
Em 31 de dezembro de 2019									
Saldo inicial 01/01/2019	6.098	71.140	164.400	657	438	1.190	397	20.012	264.332
Aquisições	-	976	1.891	135	299	228	122	34.831	38.482
Baixas líquidas	-	(179)	(38)	(2)	(69)	20	(31)	-	(299)
Transferências	-	-	4.645	-	-	-	-	(4.645)	-
Depreciação	-	(1.096)	(14.828)	(122)	(158)	(466)	(11)	-	(16.681)
(*) Mais Valia Tubulars	-	(14.779)	-	-	-	-	-	-	(14.779)
Outros	-	-	(324)	-	-	-	-	-	(324)
Saldo contábil líquido	6.098	56.062	155.746	668	510	972	477	50.198	270.731
Taxas anuais de depreciação		5 a 10%	8,33 a 10%	10%	20%	20%			
Total do Custo em Dez/19	6.098	76.869	357.729	4.796	2.359	9.622	893	50.198	508.564
Total da Depreciação acumulada em Dez/19	-	(20.807)	(201.983)	(4.128)	(1.849)	(8.650)	(416)	-	(237.833)
Saldo líquido em Dez/19	6.098	56.062	155.746	668	510	972	477	50.198	270.731

A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicadores de impairment estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

No grupo de obras em andamento, está registrado o projeto de ampliação da planta de Formol da Controlada GPC Química que em dez/19 monta o valor de R\$ 39.760, o restante refere-se a outros projetos em andamento.

(*) Impairment mais valia no imobilizado da Apolo Tubulars.

11. Direito de uso de Ativos e passivos de Arrendamentos

11.1 Sobre a adoção do IFRS 16/ CPC 06

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Abordagem de transição

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

(i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

(ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

(iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

(iv) Aplicação uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescentes para uma classe similar de ativo subjacente).

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

O principal impacto da adoção da nova norma está relacionado às operações de arrendamento de terrenos (Apolo Tubos) e aluguel de salas (Apolo Tubulars).

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019:

Ativo			Passivo		
	01/01/2019	31/12/2019		01/01/2019	31/12/2019
Circulante			Circulante	2.580	2.549
			Passivos de arrendamento	2.580	2.549
Não Circulante	7.456	5.280	Não Circulante	4.876	3.253
Direito de uso de Ativos	7.456	5.280	Passivos de arrendamento	4.876	3.253
			Patrimônio Líquido	-	(522)
			Resultados acumulados	-	(522)
Total	7.456	5.280	Total	7.456	5.280

Política contábil e premissas para o reconhecimento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que a Administração não está razoavelmente certa de exercer opção de renovação dos arrendamentos.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.
- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável .
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto para o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2019 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 14,93% e 13,27% respectivamente ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

11.2 Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 2 contratos de arrendamentos (2 em 01 de janeiro de 2019) reconhecidos em seu balanço patrimonial.

Direito de uso de Ativos	01/01/2019	Amortização	Adições/Baixas	31/12/2019		
Aluguéis - Terreno	7.202	(2.603)	606	5.205		
Aluguéis - Sala	254	(179)	-	75		
Total no Ativo	7.456	(2.782)	606	5.280		
Passivos de Arrendamento	01/01/2019	Juros	Pagamentos	Adições/Baixas	Transf CP/LP	31/12/2019
Passivo Circulante	2.580	1.000	(3.132)	478	1.623	2.549
Passivo Não Circulante	4.876	-	-	-	(1.623)	3.253
Total no Passivo	7.456	1.000	(3.132)	478	-	5.802

11.3 Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Consolidado			
31/12/2019			
	Aluguel Terrenos	Aluguel Salas	Total
2020	3.085	85	3.170
2021	3.233	-	3.233
	6.318	85	6.403

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores Concursais - Classe III				
Opção B - Nacionais	-	-	16.891	16.920
Fornecedores Extraconcursais				
Nacionais	100	136	17.289	22.305
Estrangeiros	-	-	7.365	2.129
	100	136	41.545	41.354
Circulante	100	136	26.647	25.886
Não Circulante	-	-	14.898	15.468

Os créditos dos fornecedores habilitados na recuperação judicial estão sendo pagos conforme as opções do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, descrito na Nota 1.

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional - (Concursais)	31.145	31.190	62.307	73.957
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 7% a 15% a.a. (Extraconcursais)	-	-	86.585	48.489
Em moeda nacional - Antecipação de Recebíveis	-	-	28.679	33.706
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial. (Concursais)	9.134	30.917	9.134	30.917
	40.279	62.106	186.704	187.069
Circulante	6.881	4.943	118.813	93.979
Não Circulante	33.398	57.163	67.891	93.090

13.1 Empréstimos em moeda nacional (Concursais e Extraconcursais)

Conforme mencionado na Nota 1, foi aprovado, em outubro de 2016, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O pagamento aos credores seguirá conforme as alternativas previstas e com as opções escolhidas pelos credores.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado em moeda nacional por categoria estava composto conforme a tabela a seguir.

Em moeda Nacional (Concursais)	31/12/2019	31/12/2018
Classe II - Opção A	-	6.904
Classe II - Opção B	26.980	30.500
Classe III - Opção B	33.420	33.469
Classe III - Opção C	1.771	1.997
Apoiadores	136	1.087
Total	62.307	73.957
Em moeda Nacional (Extraconcursais)	31/12/2019	31/12/2018
Total	86.585	48.489
Antecipação de Recebíveis	31/12/2019	31/12/2018
Total	28.679	33.706
Total Curto Prazo + Longo Prazo	177.571	156.152

13.2 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

Em moeda Estrangeira (Concursais)	31/12/2019	31/12/2018
Credor Garantidor	9.134	30.917
Total	9.134	30.917

International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9.2 milhões. Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, o terreno da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Conforme Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o Credor Garantidor, terá o pagamento conforme descrito na nota 1 – Recuperação Judicial.

No 1º semestre de 2019 a controlada GPC Química vendeu parte da área 1,3 e 7 e amortizou parcela da dívida junto ao IFC no montante de R\$ 19.891 conforme previsto no plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

GPC Participações

Saldo em 31/12/2018	30.917
Pagamentos	(22.287)
Variação Cambial	504
Saldo em 31/12/2019	9.134

14. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Utilização	Reversões	31/12/2019	31/12/2018	Adições	Utilização	Reversões	31/12/2019
Trabalhista e Previdenciário	202	-	(37)	(165)	-	10.126	600	(1.055)	(3.490)	6.181
Pis	941	3	-	-	944	10.817	1.886	-	-	12.703
Cofins	4.353	5	-	-	4.358	50.501	8.778	-	-	59.279
Outros (*)	1.589	-	-	-	1.589	33.128	2.102	(1.430)	(23.258)	10.579
	7.085	8	(37)	(165)	6.891	104.572	13.366	(2.485)	(26.748)	88.742

(*) Dentro da rubrica de outros estão registrados causas cíveis.

Natureza dos casos

Trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por ex-empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

Processos tributários

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada GPC Química nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de dezembro de 2019 da obrigação legal de R\$ 5.208, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química, Apolo Tubos e Apolo Tubulars questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo passivo até 31 de dezembro é de R\$ 63.340. Parte desse valor está depositado judicialmente no montante de R\$ 46.011.

A inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de PIS e COFINS está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu, em 2017, o direito dos contribuintes de exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS, decisão sobre a qual a União Federal opôs embargos de declaração visando, principalmente, (i) a modulação dos efeitos do julgado proferido pelo STF (efeitos ex nunc); e (ii) a definição da base de cálculo do ICMS a ser excluído do PIS/COFINS (destacado vs. recolhido).

A União sustenta que a modulação dos efeitos é necessária, sob pena de gerar graves prejuízos aos cofres públicos. Caso não haja delimitação especial dos efeitos da decisão do STF, os efeitos declaratórios (ex nunc) decorrentes da inconstitucionalidade devem abarcar todos os atos anteriores.

A União Federal também defende que o STF deve definir a base de cálculo a ser excluída do ICMS considerado nas contribuições ao PIS/COFINS, qual seja, o imposto destacado ou próprio do contribuinte.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, trata-se de posicionamento de suma importância para quantificar o crédito da GPC Química e Apolo Tubos. Neste ponto, ainda de acordo com os assessores jurídicos externos, merecem destaque as recentes manifestações externadas pela Receita Federal do Brasil, que vem sistematicamente defendendo que o ICMS a ser excluído do PIS/COFINS é o recolhido (próprio), conforme o posicionamento adotado por meio da Solução de Consulta COSIT 13/2018, e pelo disposto no artigo 27, inciso I, da Instrução Normativa RFB n.º 1.911/2019.

Em 2019, transitou em julgado a decisão favorável reconhecendo o direito da GPC Química e Apolo Tubos de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em que pese favorável, o dispositivo da sentença proferida em favor da GPC é genérico e não indica expressamente se o ICMS a ser excluído é o destacado ou o próprio (recolhido aos cofres públicos).

Diante de todo esse contexto, a Administração entende, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que:

- o dispositivo da sentença transitada em julgado em favor da GPC Química e Apolo Tubos não indica a base de cálculo do ICMS a ser excluído;
- o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no STF será determinante para a definição do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS (destacado x próprio)
- dependendo da modulação dos efeitos pelo STF, a União poderá ingressar com ação judicial para rescisão da sentença transitada em julgado, no prazo de 2 anos após o trânsito em julgado (ainda não superado).

Estão sendo questionados também os valores de PIS e COFINS sobre a receita financeira, cujos valores depositados judicialmente até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.807 e cuja a provisão monta o valor de R\$ 3.434.

14.1 Passivos contingentes – Perda possível

Natureza	Consolidado	
	dez-19	dez-18
	Perda Possível	Perda Possível
Trabalhista	14.288	7.226
Cível	14.349	3.104
Tributária	33.481	23.147
	62.118	33.477

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações trabalhistas é individualmente relevante.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Cíveis: Podemos destacar o processo movido pela Refinaria de Manguinhos contra a GPC Química referente a reintegração de posse no valor de R\$7.807.

Depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018	Adições	Reversões	31/12/2019	31/12/2018	Adições	Reversões	31/12/2019
Trabalhistas e Previdenciários	151	-	(38)	113	2.697	63	(181)	2.579
Pis	879	88	-	967	9.506	176	-	9.682
Cofins	4.103	409	-	4.512	44.415	942	(11)	45.346
Outros	-	-	-	-	5.992	443	(13)	6.422
	5.133	497	(38)	5.592	62.610	1.624	(205)	64.029

15. Impostos e taxas a recolher

15.1 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos parcelados				
INSS	55	145	55	145
Total de Parcelamentos Ordinários Federais	55	145	55	145
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a)	-	-	28.490	31.675
REFIS (c)	-	-	20.306	22.501
REFIS IV (b)	729	762	47.279	61.154
REFIS da COPA (d)	1.102	1.102	37.581	39.349
REFIS da PRT (f)	-	-	73.772	75.887
REFIS da PERT (g)	99	106	32.969	33.712
ICMS Paraná Competitivo - Parcelamento (e)	-	-	31.596	22.896
Outros	-	-	4.396	3.073
(-) Comp.Prej Fiscal/Base Negativa	(711)	(711)	(104.292)	(104.292)
	1.274	1.405	172.152	186.100
Circulante	441	486	29.905	31.876
Não Circulante	833	919	142.247	154.224

- (a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ44.78 cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 montam R\$25.621 e 2.869, respectivamente.
- (b) Adesão ao programa de Parcelamento REFIS IV, feito pela Companhia e suas Controladas, GPC Química e Apolo Tubos.

Composição do parcelamento REFIS IV por empresa do Grupo e respectiva movimentação

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	1.125	63.550	564	65.239
(+) Atualização selic ano 2018	41	2.490	182	2.713
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	(37)	(3.988)	(71)	(4.096)
(+) Valores que migraram do PRT	-	1.750	-	1.750
(+) Valores que migraram do PERT	-	282	-	282
(+) Debitos não parcelados anteriormente	-	-	490	490
(-) Debito baixado conforme despacho proc 3930033400	-	-	(571)	(571)
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(367)	(4.285)	-	(4.652)
Saldo em 31/12/2018	762	59.799	594	61.154
(+) Atualização selic ano 2019	6	753	16	775
(-) Valores que migraram para o PRT	-	(504)	-	(504)
(-) Ajuste saldo extrato RFB	(6)	(8.974)	-	(8.980)
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	(33)	(5.044)	(90)	(5.167)
Saldo em 31/12/2019	729	46.030	520	47.279

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	6.172	18.317	24.489
(+) Atualização selic ano 2018	192	585	777
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	-	(2.765)	(2.765)
Saldo em 31/12/2018	6.364	16.137	22.501
(+) Atualização selic ano 2019	198	459	657
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	-	(2.852)	(2.852)
Saldo em 31/12/2019	6.562	13.744	20.306

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento está sendo pago em 180 parcelas. Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	1.070	45.216	46.286
(+) Atualização selic ano 2018	32	1.847	1.879
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	-	(2.694)	(2.694)
(-) Expectativa de uso de Prej. Fiscal e Base Neg.	-	(6.122)	(6.122)
Saldo em 31/12/2018	1.102	38.247	39.349
(+) Atualização selic ano 2019	-	1.039	1.039
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	-	(2.807)	(2.807)
Saldo em 31/12/2019	1.102	36.479	37.581

- (e) A controlada GPC Química ampliou sua capacidade de produção no estado do Paraná e com isto foi enquadrada no Programa Paraná Competitivo postergando para quatro anos o pagamento de 75% do ICMS incremental apurado no mês.
- (f) A Companhia e suas controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa de Regularização Tributária – PRT instituído pela MP 766/17, foram incluídos a dívida com tributos federais vencidos até 30/11/2016. Parte dos débitos constantes do Parcelamento da Lei 12.865 e 12.996 foram transferidos para este programa. O débitos oriundos da RFB, foram pagos da seguinte forma: 24% em dinheiro e o restante dos 76% será quitado com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os valores oriundos da PGFN foram parcelados em 120 meses. A seguir, tabela com a composição do saldo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	53.318	33.846	87.164
(+) Atualização selic ano 2018	382	271	653
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	(7.580)	(3.443)	(11.023)
(+) Valores que migraram para Refis IV	(1.750)	-	(1.750)
(+) Inclusão débitos PRT II	-	843	843
Saldo em 31/12/2018	44.370	31.517	75.887
(+) Atualização selic ano 2019	130	9	139
(+) Valores migrados do Refis IV	504	-	504
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	(2.226)	(532)	(2.758)
Saldo em 31/12/2019	42.778	30.994	73.772

- (g) As controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela MP 783/17. Os débitos oriundos da RFB, foram pagos da seguinte forma: 20% à vista e o saldo será quitado com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os débitos oriundos da PGFN foram pagos da seguinte forma: 20% à vista e o restante parcelado em 145 parcelas mensais a partir de janeiro de 2018. Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>GPC Part S.A.</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	114	18.518	15.636	34.268
(+) Atualização selic ano 2018	6	1.570	120	1.696
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	(14)	(1.047)	(299)	(1.360)
(-) Valores transferidos para o Refis IV	-	(282)	-	(282)
(+) Ajuste ref correção na adesão da modalidade	-	-	(610)	(610)
Saldo em 31/12/2018	106	18.759	14.847	33.712
(+) Atualização selic ano 2019	5	603	157	765
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	(12)	(1.193)	(303)	(1.508)
Saldo em 31/12/2019	99	18.169	14.701	32.969

15.2 Impostos correntes

Abaixo posição dos impostos correntes da Companhia e suas controladas, com posição em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF	92	128	2.634	3.027
IPI	-	-	2.048	1.880
INSS	22	28	1.741	1.644
IRPJ/CSLL	-	311	1.418	2.157
ICMS	-	-	1.234	793
COFINS	416	-	1.150	2.928
PIS	90	-	246	632
FGTS	-	-	407	350
OUTROS	-	-	412	201
	<u>620</u>	<u>467</u>	<u>11.290</u>	<u>13.612</u>

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo de imposto fiscal diferido				
Parcela constituída - Prejuízo fiscal (Apolo Tubulars)	-	-	6.062	6.203
Variações cambiais/Adições temporárias	540	-	13.359	-
	<u>540</u>		<u>19.421</u>	<u>6.203</u>
Passivo de imposto fiscal diferido				
Custo atribuído e máquinas e equipamentos	-	-	(31.708)	(33.351)
Valor Justo a Propriedade para Investimentos	-	-	(43.886)	(59.385)
Variações cambiais	-	-	(13.094)	(417)
			<u>(88.688)</u>	<u>(93.153)</u>
	<u>540</u>		<u>(69.267)</u>	<u>(86.950)</u>

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. O Grupo não reconheceu ativos de impostos de R\$ 44.384, sendo R\$ 19.910 referentes a prejuízo fiscal e R\$ 24.474 referente a provisão para contingência da ação do PIS/COFINS. Estes créditos podem ser compensados com lucro tributável no futuro.

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2020.

Realização do Prej.		
Fiscal e Base Negativa	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	1.986
2020	2.923	1.406
2021	2.701	1.406
2022	438	1.405
	<u>6.062</u>	<u>6.203</u>

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social .

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição	24.404	7.116	22.089	20.837
Imposto calculado com base em alíquota legal	8.297	2.419	7.510	7.085
Equivalência patrimonial	(8.637)	(4.411)	(2.776)	(219)
Diferenças permanentes	(1.659)	(1.207)	(1.815)	(1.207)
Juros sobre capital próprio	1.863	1.798	2.019	1.950
Reconhecimento de imposto fiscal diferido sobre diferenças temporárias	(540)	-	(18.225)	-
Diferenças temporárias e prejuízo fiscal para qual nenhum crédito fiscal diferido foi reconhecido	137	1.712	8.218	5.671
Encargo Fiscal	(540)	312	(5.069)	13.280
Despesa (receita) com IR e CS corrente	-	312	20.752	9.941
Despesa (receita) com IR e CS diferido	(540)	-	(25.821)	3.339
	(540)	312	(5.069)	13.280

17. Transações com partes relacionadas

17.1 Controladora

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

	Controladora							
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	-	-	33.850	33.850	-	-	-	-
GPC Química S/A (b)	4.656	9.495	-	-	14.929	3.815	(1.033)	(448)
Apolo Tubos e Equipos. S/A (c)	-	-	21.994	21.994	-	-	-	-
GPC Química S/A (c)	-	-	-	4.172	-	-	-	-
Total	4.656	9.495	55.844	60.016	14.929	3.815	(1.033)	(448)

- (a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contratos de mútuo com a controlada Apolo Tubos. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 31.000 com vencimento contra apresentação, conforme determinado pelo Plano de Recuperação Judicial o valor não está sendo atualizado.
- (b) O ativo circulante refere-se a dividendos e JSCP a receber. O passivo não circulante refere-se ao saldo do mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano. Em 2019 o saldo foi acrescido de R\$ 19.891 referente ao pagamento da parcela do empréstimo ao IFC com ativos da GPC Química, conforme mencionado na nota 8, e reduzido pela compensação de dividendos e mútuo a receber da Controlada.
- (c) Refere-se à dívida relacionada na Recuperação Judicial que foi paga com a conversão em ações da GPC Participações. Em junho de 2019 o saldo de R\$ 4.172 foi amortizado utilizando-se parte do crédito que a GPC Química detém contra a Companhia.

	Consolidado							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
GPC Indústria e Comércio Ltda (a)	2.736	2.206	-	-	-	-	9	8
Copenor Cia Petroquímica (b)	-	-	747	550	5.347	5.553	(211)	(213)
Outras	-	-	-	2	-	-	-	-
Total	2.736	2.206	747	552	5.347	5.553	(202)	(205)

- (a) O valor refere-se ao saldo do contrato de mútuo celebrado com a GPC Química no montante de R\$ 149 e com a Apolo Tubos em R\$ 2.587 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% a.a. contra R\$ 141 e R\$ 2.065, em 31 de dezembro de 2018.
- (b) Valor relativo à compra de metanol e compõe o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial, e será pago conforme aditivo ao Plano de Recuperação Judicial mencionado na nota 1 na opção B da Classe III.

A Companhia prestou avais em favor da GPC Química cujo valor em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 63.033, sendo que deste valor R\$ 19.283 estão relacionados no Plano de Recuperação Judicial. Prestou, também, avais em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 44.854.

18. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração global destinada aos administradores da Companhia está demonstrada a seguir.

Honorários	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Diretoria	405	626
Conselho Administração	853	679
Subtotal (Administração)	1.258	1.305
Conselho Fiscal	100	100
Total Honorários	1.358	1.405

No ano de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 82.050 (R\$ 82.050 em 31 de dezembro de 2018), e está representado por 6.267.569 ações, sendo 5.882.782 ações ordinárias e 384.787 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

19.2 Ações em tesouraria

São compostas de 32.260 ações não utilizadas na quitação de dívidas da controlada GPC Química no âmbito da Recuperação Judicial.

19.3 Reserva legal

Deve ser constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social, limite previsto na legislação societária, e poderá ser usada para absorver prejuízos acumulados.

19.4 Reserva de lucros a realizar

Decorre da aplicação do artigo 197 da Lei 6.404/76

Resultado a destinar	27.758
(-) Lucro a Realizar (Equivalência)	25.404
(+) Reversão de dividendos recebidos em 2019	-
 Parcela Realizada	 2.354
 Parcela a ser destinada a Reserva de Lucros a realizar	
Dividendos Obrigatórios	6.592
(-) Parcela realizada do resultado do exercício	2.354
Reserva de Lucros a Realizar	4.238

19.5 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19.6 Outros resultados abrangentes

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial o valor correspondente a adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

19.7 Resultado por ação no período

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação).

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O Lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação no período de 6 meses findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 :

Apuração do resultado básico por ação	31/12/2019	31/12/2018
Numerador		
Lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia	22.089	7.557
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	6.267.569	5.882.782
Resultado básico por ação	3,5243	1,2846

20. Receita líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como em seus respectivos trimestres.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	518.267	456.382
Receita de vendas de compensados	96.562	95.295
Outras receita de vendas de diversos produtos	50.964	41.136
	665.793	592.813
<u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	357.514	350.142
Receita bruta de vendas	1.023.307	942.955
Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(15.726)	(14.262)
ICMS sobre vendas	(93.211)	(85.505)
PIS e COFINS sobre vendas	(80.082)	(74.488)
IPI sobre vendas	(36.569)	(33.558)
Receita operacional líquida	797.719	735.142

21 - Despesas por natureza

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	2.307	472	(756.192)	(685.468)
Matérias-primas e embalagens	-	-	(539.659)	(503.331)
Pessoal	(319)	(361)	(73.350)	(59.914)
Honorários	(1.358)	(1.405)	(11.721)	(10.223)
Energia elétrica	-	-	(13.650)	(13.179)
Aluguel	-	-	-	(3.876)
Água	-	-	(1.848)	(1.346)
Catalisadores	-	-	(2.200)	(2.050)
Outros Gastos fixos, Gerais e de Vendas	(1.383)	(1.005)	(62.503)	(66.364)
Depreciação e Amortização	(29)	(36)	(19.528)	(14.896)
Frete	-	-	(40.049)	(33.929)
Comissões	-	-	(4.445)	(4.496)
Outras receitas e despesas	5.396	3.279	12.761	28.136

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Custo dos produtos vendidos	-	-	(651.546)	(608.724)
Despesas com vendas	-	-	(60.875)	(55.211)
Despesas gerais e administrativas	(1.731)	(1.402)	(44.811)	(39.446)
Honorários dos administradores	(1.358)	(1.405)	(11.721)	(10.223)
Outras receitas e despesas operacionais	5.396	3.279	12.761	28.136
	2.307	472	(756.192)	(685.468)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras				
Juros	(2.112)	(1.539)	(24.000)	(13.283)
Juros arrendamento - CPC06	-	-	(1.000)	-
Variações monetárias passivas	(14)	(94)	(7.219)	(11.999)
Variações cambiais passivas	(504)	(4.727)	(4.112)	(7.333)
Outros	(850)	(90)	(4.740)	(3.356)
Total despesa financeira:	(3.480)	(6.450)	(41.071)	(35.971)
Receitas financeiras				
Juros	3	-	4.439	2.157
Variações monetárias ativas	136	119	985	1.404
Variações cambiais ativas	-	-	2.393	2.231
Outros	34	1	583	698
Total Receita financeira:	173	120	8.400	6.490
Resultado financeiro líquido	(3.307)	(6.330)	(32.671)	(29.481)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Credito presumido de ICMS (a)	14.586	8.550
Baixa Projeto investimento	-	(2.994)
Indenização de terceiros	2.122	3.421
ICMS Decreto	12.826	12.486
Provisão/Reversão para crédito de liquidação duvidosa	(1.328)	(145)
Bonificações	-	7.896
Pis e Cofins s/Outras Receitas	(363)	(1.034)
Reversão despesa Aluguel Terreno	-	2.298
Reversão/Provisão para Contingências	(1.799)	(2.793)
ICMS FEEF - Fundo Estadual	(1.557)	(1.321)
Programa PRT/PERT	-	774
Alienação bens	2.483	-
Ressarcimento de impostos pela RFB	5.204	-
Variação a valor justo Propriedade para Investimentos	(20.708)	-
Outras líquidas	1.294	998
	12.760	28.136

- (a) Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).

24. Benefícios a empregados - pós-emprego

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária e atualmente a controlada só está recolhendo à taxa administrativa, cujo valor no período de 9 meses de 2019 foi de R\$ 37, valor este semelhante ao do mesmo período de 2018. Não há passivos futuros a apropriar.

25. LAJIDA/ EBITDA (não auditado)

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício antes das participações minoritárias	22.089	7.557
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.069)	13.280
(+) Despesas financeiras	41.071	35.971
(-) Receitas financeiras	(8.400)	(6.490)
(+) Depreciações e amortizações	19.150	14.896
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	68.841	65.214
(-) Equivalência patrimonial	(8.164)	(644)
Outras Receitas/Despesas não recorrentes		
(+) Ajuste Propriedade para Investimentos	20.708	-
(+) Honorários Plano Recuperação Judicial	7.218	798
(+) Provisão perda de Ativos	2.623	-
(-) Ajuste Refis IV	(8.974)	-
(+) Líquido ajuste Guaxupe e Parcelamentos	-	901
(+) Processo Judicial	-	680
(+) Baixa Projeto Investimento	-	2.994
(+) Ganho exito Parcelamentos	3.196	-
(-) Ressarcimento de impostos pela RFB	(5.204)	-
(+) Outros ajustes	456	885
LAJIDA (EBITDA) - Gerencial	80.700	70.828
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	8,63%	9,63%

26. Informações por segmento

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas na Nota explicativa nº 1.

As informações dos segmentos da Companhia no exercício estão incluídas na tabela a seguir:

	31/12/2019					31/12/2018				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Holding	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Holding	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	515.986	281.733	-	-	797.719	459.461	275.681	-	-	735.142
Lucro Bruto	100.355	45.818	-	-	146.172	73.455	52.963	-	-	126.418
Depreciação e Amortização	(10.894)	(8.228)	(29)	-	(19.150)	(10.077)	(4.783)	(36)	-	(14.896)
Lucro antes do resultado Financeiro	34.192	8.085	27.710	(20.297)	49.690	30.841	18.604	13.446	(12.573)	50.318
Resultado Financeiro	(7.052)	(22.313)	(3.307)	-	(32.671)	(16.497)	(12.388)	(6.331)	5.734	(29.482)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	27.140	(14.227)	24.403	(20.297)	17.019	14.344	6.216	7.115	(6.838)	20.837
IR e CS	3.266	1.262	540	-	5.069	(5.350)	(7.618)	(311)	-	(13.280)
Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSCP	-	-	-	-	-	5.734	-	-	(5.734)	-
Lucro líquido do exercício	30.406	(12.964)	24.944	(20.297)	22.089	14.728	(1.402)	6.804	(12.572)	7.557
Ativo Circulante	118.870	148.524	6.008	(4.656)	268.747	120.224	139.748	10.644	(9.494)	261.122
Ativo não Circulante	478.447	158.649	238.766	(313.530)	562.331	477.441	168.964	227.427	(281.105)	592.727
Passivo Circulante	118.532	97.111	10.878	(4.656)	221.865	107.340	83.441	7.868	(9.494)	189.155
Passivo não Circulante	478.786	210.062	233.895	(313.530)	609.213	490.325	225.271	230.203	(281.105)	664.694

27. Cobertura de seguros

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

Apólice	Risco coberto	Prêmio Cobertura		Prêmio Cobertura	
		31/12/2019		31/12/2018	
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	199	218.801	192	205.407
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	472	212.100	467	212.100
Veículos	Furtos, colisões e resp civil condutor	61	1.669	64	1.669
Responsabilidade civil (produtos e estab. Ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. Ind.	114	10.000	57	6.000
Responsabilidade civil - ADM	Atos relacionados a gestão	380	20.000	513	20.000
		1.226	462.570	1.293	445.176

28. Gestão de risco financeiro

28.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada por reuniões semanais onde pontos relevantes são discutidos.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

28.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

28.2(a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ 16.499, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

28.2(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 4).

28.2(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Consolidado						
31/12/2019						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	25.186	1.218	1.383	1.713	12.045	41.545
Empréstimos e financiamentos	77.706	40.996	25.121	14.042	28.839	186.704
Impostos parcelados	21.046	16.631	44.939	50.689	38.847	172.152
Total	123.938	58.845	71.443	66.444	79.731	400.401

28.3 Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$4,1380 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2019. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade de R\$4,0388 por US\$1,00 para 30 de dezembro de 2019.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2019	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
IFC	2.266	9.134	9.377	9.152
	2.266	9.134	9.377	9.152
Efeito no resultado			(243)	(18)
Taxas utilizadas		4,0307	4,1380	4,0388

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Posição 31/12/2019	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,71	11,60	8,388	14,498	10,065	17,397
	Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
62.307	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	62.307	77.883	93.460	
86.585	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	86.585	108.231	129.877	
28.679	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	28.679	35.849	43.019	

28.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos	40.279	62.106	186.704	187.069
Impostos Parcelados	1.274	1.404	172.152	186.100
Caixa e Equivalentes de Caixa	(390)	(5)	(11.984)	(21.366)
Dívida Líquida	41.163	63.505	346.872	351.803
Patrimônio Líquido	177.846	161.223	200.719	187.645
Índice de Alavancagem Financeira	0,23145	0,39390	1,72815	1,87483

28.5 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subsequentes são reconhecidas no resultado do exercício.

28.6 Instrumentos financeiros

28.6(a) Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Controladora						
Ativos Financeiros	31/12/2019			31/12/2018		
	Recebíveis	Ativos ao custo amortizado	Total	Recebíveis	Ativos ao custo amortizado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	390	-	390	5	-	5
Saldos a receber de partes relacionadas	60.500	-	60.500	69.511	-	69.511
	60.890	-	60.890	69.516	-	69.516

Consolidado						
Ativos Financeiros	31/12/2019			31/12/2018		
	Recebíveis	Ativos ao custo amortizado	Total	Recebíveis	Ativos ao custo amortizado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	11.984	-	11.984	21.366	-	21.366
Contas a receber	100.117	-	100.117	90.808	-	90.808
Bens e Direitos creditórios (Nota 7)	34.902	-	34.902	55.292	-	55.292
Saldos a receber de partes relacionadas	2.736	-	2.736	2.206	-	2.206
	149.739	-	149.739	169.672	-	169.672

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é

calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Controladora						
Passivos Financeiros	31/12/2019	Passivos ao custo amortizado	Total	31/12/2018	Passivos ao custo amortizado	Total
Fornecedores	100	-	100	136	-	136
Empréstimos e Financiamentos	40.279	-	40.279	62.106	-	62.106
Impostos Parcelados	1.274	-	1.274	1.404	-	1.404
Outras contas a pagar e parte relacionadas	14.929	-	14.929	3.815	-	3.815
	56.582	-	56.582	67.461	-	67.461
Consolidado						
Passivos Financeiros	31/12/2019	Passivos ao custo amortizado	Total	31/12/2018	Passivos ao custo amortizado	Total
Fornecedores	41.545	-	41.545	41.354	-	41.354
Empréstimos e Financiamentos	186.704	-	186.704	187.069	-	187.069
Impostos Parcelados	172.152	-	172.152	186.100	-	186.100
Outras contas a pagar e parte relacionadas	27.357	-	27.357	18.743	-	18.743
	427.758	-	427.758	433.266	-	433.266

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

28.6(b) Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

29. Eventos subsequentes - Coronavírus

Em 31 janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 (“OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº02/2020”), sobre eventuais efeitos que o Coronavírus trará para os negócios das empresas e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância de as Companhias Abertas e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial como eventos subsequentes para as companhias que encerram o exercício em 31 de dezembro de 2019.

Neste sentido, a Companhia esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes, com as atuais informações e dados a respeito do Coronavírus e o impacto em suas operações, não há como atestar neste momento que efeitos relevantes podem impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis. Não obstante, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionados aos riscos reportados no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.